

CAPÍTULO V

Internacionalização na Educação Básica – Tendências e Desafios

Luiz Síveres¹⁶

A Universidade Católica de Brasília, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, realizou nos dias 26 e 27 de março de 2019 o Congresso Internacional, com o tema: “Internacionalização da Educação Básica e Superior – desafios, perspectivas e experiências”. No conjunto das distintas atividades, foi realizada uma mesa redonda para discutir a “Internacionalização na educação básica – tendências e desafios”, a qual foi coordenada pelo professor Luiz Síveres e contou com a participação de Priscila Cruz – Presidente do Movimento Todos pela Educação, Ítalo Modesto Cruz – da Unicef Brasil, e Alexandre André dos Santos – Presidente da FAP/DF.

Justamente nos dias do evento saiu o resultado do melhor professor do mundo de 2019, e o escolhido pelo Global Teacher Prize foi o professor queniano Peter Tabichi, que está dando aula em uma escola no Vale do Rift, no Quênia. Esta premiação é conhecida como o Nobel de Educação. Entre os finalistas desta premiação, pela primeira vez, esteve uma professora da rede municipal de São Paulo, Débora Garofalo, que desenvolve trabalhos de robótica com sucata no Ensino Fundamental. Mesmo estando em Dubai – Emirados Árabes – local da premiação, a referida professora enviou a seguinte mensagem aos alunos da sua escola: “Vocês são cidadãos do mundo. Não é o lugar que determina o que vocês podem ser. Por isso, abracem o mundo porque o mundo é de vocês”.

16 Pós-Doutorado em Educação e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: luiz.siveres@gmail.com

É no contexto desta mensagem vivencial que a reflexão sobre a internacionalização da educação básica, imbricada com as experiências compartilhadas, poderia contribuir para ampliar os horizontes de compreensão de todo o processo educacional, buscando responder às tendências e aos desafios para se construir um projeto de vida e um programa educativo, no qual a dimensão da internacionalização pudesse estar contemplada, principalmente pela cooperação entre o local e o global.

Compreendendo a importância da experiência local, esta proposta precisaria estar contextualizada, portanto, no complexo sistema global. Um dos aspectos mais evidentes desta globalização é a dimensão econômica, mas que tem como princípio orientador a modernidade, que segundo Bauman (2001) é líquida. No entanto, além de definir o período histórico como líquido, o autor amplia esta analogia para as relações pessoais e sociais, para os espaços e tempos líquidos, e para o amor e a vida líquida. Enfim, todas as relações, sistemas e instituições estariam navegando neste oceano fluido e planetário.

Esta proposta vem superar, em parte, a compreensão de que a vida humana, as relações sociais e as instituições seriam sólidas, bem como, indicar um novo modo de ser e de realizar a própria condição humana, no contexto da fluidez, do movimento e nas constantes mudanças institucionais e sociais. Tal cenário foi potencializado, de maneira mais específica, pela pluralidade das inteligências, com o enfoque na inteligência artificial, bem como pela vinculação à expansão exponencial das tecnologias da informação. Além disso, percebe-se o avanço das ideias neoliberais, pelo acúmulo da riqueza para poucos e o aumento da pobreza para muitos, e pelos desequilíbrios sociais e naturais.

Na dinâmica transversal desta conjuntura encontra-se a educação, que por um lado é protagonista para potencializar esta realidade, mas por outro é refém deste emaranhado, no qual se encontram, de uma forma ou outra, todos os sistemas educacionais. Um dos fatores que poderia reforçar o sistema educacional, como um processo que articula o local com o global, seria a internacionalização.

Para compreender, portanto, a relevância da internacionalização, da educação básica à educação superior, é preciso contextualizar a sua abrangência, que será feita, situando a globalização e a mundialização como as duas margens do mesmo rio, e a internacionalização como o movimento do rio que corre na direção do mar.

1. Duas margens do mesmo rio: globalização e mundialização

Os termos globalização e mundialização entraram na linguagem cultural e, por muitas vezes, foram compreendidos como sinônimos e, em alguns casos, com algumas diferenciações. Aqui pretende-se entendê-los, de forma figurativa, como duas margens do mesmo rio, isto é, fazendo parte de um mesmo cenário, porém com características específicas.

Assim, a globalização está demarcada pelo contexto do novo milênio que se revela de forma sistêmica, embora com distintas abordagens, porém o fenômeno transversal das conexões tecnológicas, das relações comerciais e das vinculações culturais está cada vez mais evidente e influencia os mais distintos grupos sociais, sejam eles locais ou globais.

Nesta compreensão é possível perceber um movimento acentuado de pessoas de um país para o outro, fator que se tornou proeminente com os refugiados; a circulação exponencial de informações de uma nuvem para a outra, principalmente com a popularização das tecnologias digitais; e, a circulação de mercadorias entre todos os segmentos sociais, aspecto que foi alavancado pela pulverização das lojas virtuais.

Estas dinâmicas revelam, por um lado, que passamos de movimentos circulares dentro de um mesmo país, para processos demarcados por múltiplas direções; de economias mais estatizantes, para procedimentos econômicos multilaterais; e, de forças integradoras nacionais, para regimes transnacionais.

Estas características, juntamente com tantas outras, proporcionaram um conceito que foi identificado como globalização. Esta terminologia já foi identificada com diversos períodos históricos, mas a mais apreciada é aquela que se assemelha com a expansão territorial, demarcada pela descoberta do Novo Mundo. Esta experiência poderia ser definida, portanto, como o início da modernidade.

Mas tal entendimento evoluiu, significativamente, chegando ao período atual, com a nomenclatura de modernização. A modernização da globalização, segundo Herrera, “é um processo vertiginoso de mudanças, que afetam as relações entre países como parte de uma sociedade planetária” (2000, p. 21). Segundo o autor, as características principais deste processo são as dimensões econômicas, culturais e geopolíticas.

É perceptível, também, que na dinâmica desta expressão tridimensional, a dimensão econômica se tornou preponderante porque garantiu a concentração de capital por meio, principalmente, da especulação financeira. Mas é relevante, também, a dimensão cultural, e de modo expressivo pela influência das tecnologias da informação, bem como a manifestação geopolítica de sistemas

transnacionais, que dominam ou fragilizam a identidade da soberania nacional dos respectivos países.

Independentemente de um juízo de valor, este constructo da globalização trouxe muitos benefícios, mas fortaleceu também, conforme Herrera (2000), um processo desigual e até contraditório. Isto é, a universalização de um modelo de vida que se sobrepõe à diversidade de expressões culturais, certamente reforça a desigualdade entre as distintas populações do planeta, mas estaria reforçando, ao mesmo tempo, uma contradição com a cultura local ou a soberania nacional.

O elemento central deste princípio da desigualdade e da contradição é o mercado financeiro globalizado. A desigualdade, com a concentração de recursos, geralmente alocados em paraísos fiscais, transformou o restante do planeta num deserto, principalmente pelo empobrecimento da maioria das populações. Isto revela, também, uma enorme contradição porque com o aumento da produção de bens, os mesmos não foram disponibilizados para satisfazer às necessidades mínimas da população.

Todo este sistema tem, no entanto, como fator de inspiração, o neoliberalismo. Este sistema se caracteriza por manter um constante processo de crise, em âmbito global, para beneficiar aqueles que detêm o monopólio econômico e político, em detrimento do bem-estar social do conjunto da população. Neste sentido, a globalização seria muito mais uma dependência das economias locais, demandadas pelos mercados globais, que, geralmente, são transnacionais.

A mundialização, considerada a outra margem do rio, é um processo que define que a humanidade viva e conviva num mesmo espaço, seja regida por uma economia única e que os sistemas jurídicos sejam os mesmos para todos os habitantes do planeta (PÉREZ LINDO, 2000). Todo este procedimento potencializa uma produção que busca atender aos grupos transnacionais, fazendo com que também cresça a brecha entre os países e culturas menos desenvolvidos.

Neste contexto, a mundialização, conceito proposto pela Unesco, busca compreender a dinâmica externa que se impõe aos sistemas internos de educação dos distintos países. Para sobreviver a esta dinâmica, Carnoy (2002) sugere um posicionamento pautado na informação e na inovação. Isto é, estes dois movimentos seriam necessários para potencializar um processo de mundialização.

Neste contexto da mundialização houve um processo acentuado para que os países fizessem reformas educacionais, tendo no horizonte deste cumprimento, caracterizar-se como um suporte para a economia mundial. Assim, as agências como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico, tiveram um

papel essencial, principalmente na minimização do Estado em relação ao financiamento público e na maximização das instituições privadas. Tal procedimento tem seus objetivos principais, segundo Carnoy (2002), na descentralização e na privatização dos sistemas educacionais.

A mundialização, segundo Pérez Lindo, “é um processo pelo qual se estabelece um espaço econômico, social, político e cultural comum” (2000, p. 29). O autor também utiliza o conceito de mundialização para definir o que ele chama de “A era das mutações”, pautada, principalmente, no surgimento de uma economia e política universal, bem como na potencialização dos meios de comunicação social. Neste panorama, se os problemas são mundiais, a resposta aos mesmos deveria ser dada sob esta abordagem.

Portanto, no contexto de uma economia globalizada e de uma cultura mundializada, distintas iniciativas poderiam ser instituídas, mas no campo educativo o conhecimento tornou-se a estratégia central para navegar pelas ondas de um rio que é margeado por um lado pela globalização (Hardware) e por outro, pela mundialização (Software). A este rio que corre entre estas margens estamos nomeando de internacionalização.

2. O rio da internacionalização corre em direção ao mar

Os modelos mecanicistas começaram a dar lugar aos paradigmas mais holísticos, em parte porque a globalização e a mundialização começaram a fortalecer um movimento de internacionalização. Passou-se, assim, da unidade para a diversidade, da uniformidade para a pluridiversidade, da disciplinaridade para a multidisciplinaridade.

No relatório para a Unesco (DELORS *et al.*, 1998), já se anunciava a passagem de uma comunidade local para uma sociedade mundial, com o cuidado, porém, de um equilíbrio entre ser cidadão do mundo e estar enraizado na cultura do seu país e nas experiências da sua comunidade. Para que isto seja efetivo, tornou-se necessário ultrapassar algumas tensões, tais como a referência ao global e local, à tradição e modernidade, à competição e cooperação, e ao material e espiritual.

Diante destas tensões, segundo Delors *et al.* (1998, p. 16), “a educação deve encarar de frente este problema, pois, na perspectiva do parto doloroso de uma sociedade mundial, ela se situa no coração do desenvolvimento tanto da pessoa humana como das comunidades”. Na proposição destes espaços, a saber, o mundo, a comunidade e a pessoa, potencializariam a oportunidade de

se pensar na constituição de “uma sociedade educativa”, na qual todos estariam envolvidos num processo de ensino e aprendizagem, e todos os espaços seriam considerados de formulação do conhecimento e do pensamento.

Na sequência, outro documento importante da Unesco (1999) sugere que não é possível, aos sistemas educacionais, ficarem sentados nas margens da globalização e da mundialização, mas precisam se lançar no rio da internacionalização, que pode se transformar num poderoso instrumento de cooperação, seja por meio da mobilidade estudantil, do intercâmbio entre professores, ou pelo acordo de agências internacionais.

Este procedimento é reforçado pela recomendação da Unesco de que, tanto para a atualidade quanto para o futuro, “os governos e as sociedades que querem tomar decisões inteligentes devem levar em consideração os prolongamentos prováveis das ações de outros países e de outros parceiros econômicos espalhados no mundo” (UNESCO, 1999, p. 264). Tal posicionamento exige a iniciativa de propor aos outros países uma interlocução, bem como, dispor de processos e instituições que possam acolher as propostas de outros países.

A cooperação internacional é um procedimento que pretende unir o local e o global, a aldeia e o mundo, o regional e o internacional. Foi neste sentido que o Relatório Delors assumiu o conceito de um “tesouro a descobrir”, tendo como referência a fábula ‘O lavrador e seus filhos’, de La Fontaine, que assim se exprime: “Evitai (disse o lavrador) vender a herança, que de nossos pais nos veio, esconde um tesouro em seu seio. Mas ao morrer o sábio pai fez-lhes esta confissão: O tesouro está na educação”.

Tendo como referência esta fábula, a educação deveria ocupar-se das raízes e dos frutos, das sementes e das flores, da herança e da esperança. Considerando que muito já foi sistematizado e compreendido sobre as raízes, as sementes e a herança, deseja-se neste trabalho refletir um pouco sobre as flores e frutos, bem como com a esperança. Apesar das contradições e dos paradoxos, é necessário estabelecer alguns critérios éticos para que um horizonte de esperança possa ser visualizado no contexto atual.

Tal encaminhamento está ancorado na proposição do Relatório para a Unesco, com a seguinte descrição: “O novo século é, em essência, sinônimo de horizonte de nova esperança” (DELORS *et al.*, 1998, p. 224). Esta esperança tem como sujeitos o ser humano e a comunidade humanizadora, que por meio da educação, podem criar uma nova ordem social, na qual todos tenham a possibilidade de participar ativamente de um processo de desenvolvimento pessoal e social, buscando construir uma sociedade sustentável e garantir a plena dignidade do ser humano.

Com base neste enunciado, a humanidade, neste novo milênio, precisa incorporar nos seus sistemas educacionais a percepção de que estamos inseridos numa sociedade mundial e que os processos educativos necessitam formar para uma realidade multicultural, bem como, cultivar em cada experiência educativa a possibilidade de ampliar suas fronteiras conceituais e atitudinais, por meio da internacionalização.

Para dar densidade a esta proposta, segundo Delors *et al.* (1998), três sujeitos deveriam assumir a responsabilidade para desencadear as reformas na educação, que seriam a comunidade local por meio dos pais e professores, as autoridades oficiais e a comunidade internacional. Considerando, portanto, o escopo desta reflexão, é oportuno explorar a contribuição que o processo de internacionalização poderia dar à dinâmica educativa.

3. Nascente e destino comum

Considerando as margens da globalização e mundialização, bem como a internacionalização como um rio que corre em direção ao mar, é oportuno observar o barco da educação, que vai navegando de uma nascente, mas está se dirigindo para um destino comum. Para contribuir com esta proposta, durante o referido Congresso Internacional, foram partilhadas duas experiências, uma com um enfoque mais nacional (nascente), feita por Priscila Cruz, do Movimento Todos pela Educação, e a outra mais internacional (destino comum), realizada por Ítalo Modesto Dutra, representante da Unicef Brasil.

Priscila Cruz iniciou sua participação destacando que a educação é um direito, mas defendeu uma educação de qualidade e que a mesma seja considerada uma política pública. Porém, a falta de política pública, principalmente na educação básica, atinge justamente aquelas crianças que nunca vamos conhecer, isto é, aquelas crianças que estão ausentes dos nossos olhares e das nossas opções. Daí a necessidade de uma política educativa voltada, preferencialmente, para este grupo social.

Na sua argumentação afirmou, categoricamente, que os países que conseguiram dar um salto de qualidade na educação básica, têm em comum o papel determinante do professor, com a respectiva formação, com um plano de carreira e dispõe das condições essenciais para desenvolver seu trabalho. Além disso, colocaram a educação no seu projeto de país, independente da forma de gestão, seja ela mais democrática ou mais hierárquica.

Para que a educação seja, de fato, um projeto de país, é preciso se unir para

fazer o país crescer, cuidar da saúde e ter qualidade de vida. Enfim, possibilitar que a população possa ser mais feliz e ter uma vida melhor e, para isso, é preciso uma educação pública de qualidade.

Se na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), a avaliação fosse feita com alunos do quinto ano, o Brasil seria um exemplo para o mundo. Mas o problema é que perdemos as crianças antes deste estágio. Por outro lado, é possível perceber que em 10 anos o índice dobrou com alunos do quinto ano, e muito deste progresso deve-se aos municípios. Os sistemas municipais estão conseguindo fazer uma revolução no país.

Para que isso se efetive, é preciso parar com a pirotecnia e aprender a governar. Governar é olhar para os melhores dados, as evidências e fazer modelagem com política pública com os melhores exemplos. Neste sentido, é recomendado encadear os processos e negociar com as partes envolvidas. Mas este processo precisa, necessariamente, chegar na sala de aula e, para isso, é imprescindível que funcione um procedimento articulador e negociador por parte do gestor que, necessariamente, precisa saber governar.

No contexto da governança é aconselhado saber avaliar os efeitos. Assim, depois de ver o que deu certo ou não funcionou, é recomendado voltar à modelagem para, novamente, replicar ou dar continuidade ao ciclo. Por esta razão, governar é tão complexo quanto dar aula. Isto é, fazer gestão pública é difícil, daí a necessidade de uma escola de governo que poderia ajudar a fazer acontecer o ciclo completo da educação.

O investimento do governo brasileiro na educação é bastante expressivo. Investiu-se o dobro nos alunos, e os resultados, em matemática, praticamente continuam os mesmos. Por quais razões? Neste sentido, é recomendado que o montante investido na educação também impacte nos índices de progressão percebidos na educação básica.

Outra característica é a política do nosso tempo. A pergunta que sobressai é: quais são as medidas prioritárias de agora? Isto é, há 20 anos as prioridades eram outras, mas para hoje a prioridade é a primeira infância, porque ela está abandonada e, por isso, não participa das políticas da saúde, assistência, cultura ou esporte.

Outra iniciativa deveria ser uma política para despertar e formar os docentes do país. Como atrair os alunos do segundo grau para serem professores? Como os cursos de formação de professores poderiam preparar para a complexidade da educação, pensando nas condições de trabalho, numa carreira estimulante, ou numa avaliação para ajudar na formação dos professores?

Portanto, cuidar da primeira infância, fazer a reforma do ensino médio com itinerários formativos de qualidade, implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propor um financiamento mais distributivo e governança, são elementos que deveriam compor o pacote do nosso tempo, aspectos que poderiam contribuir, significativamente, com a solução dos desafios da educação básica no contexto da internacionalização.

Na sequência, houve a exposição de Ítalo Dutra, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), instituição que está presente em mais de 190 países, e tem como mandato fazer a defesa da convenção internacional da criança e adolescência. Estes protagonistas estão, de uma forma ou outra, vinculados a um processo educativo, e por isso, é preciso falar destes sujeitos na educação básica.

Neste cenário é possível perceber que os desafios são muitos, porém, de natureza diferente. Algumas questões, no entanto, são recorrentes, como é o caso do acesso e a qualidade da educação das crianças e adolescentes.

Naquilo que diz respeito ao acesso pode-se perceber que a universalização da educação básica é praticamente impossível. Os dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 mostram que 2,8 milhões de crianças estavam fora da escola e isto é mais evidente em duas pontas, isto é, na primeira infância por causa da exclusão das famílias mais pobres. A outra ponta é o adolescente, que estaria abandonando a escola pela necessidade de desenvolver outras atividades pessoais ou profissionais. Outro dado revelador é que 7,2 milhões de crianças e adolescentes estão com dois anos de atraso no processo formativo e a grande maioria é de adolescentes de 15 a 17 anos. Segundo a avaliação do expositor, os adolescentes estão na escola, mas não conseguem aprender.

Naquilo que diz respeito especificamente à internacionalização, o currículo é um elemento interessante, porém não como lista de conteúdo, mas como um itinerário de aprendizagem. Neste caso, o Brasil sofre uma forte influência de dinâmicas curriculares de outros países, principalmente por meio dos resultados da aprendizagem destes países.

A avaliação de estudantes é recomendada e uma amostra do Brasil segue parâmetros que impactam na educação. Para isso, a BNCC recebeu uma série de influências de outros países, destacando-se as aprendizagens que foram escolhidas naqueles países. Além de ser uma ajuda, ao mesmo tempo pode construir distorções, principalmente em âmbito local, porque dependendo da forma como se dá esta implementação, pode resultar numa exclusão ainda maior de crianças e adolescentes do processo educativo.

Neste procedimento avaliativo, duas questões são recorrentes, isto é,

aprovar continuamente, ou reprovar para que se possa ter uma nova chance de aprender. Estes são dois posicionamentos extremos e que podem contribuir para uma maior exclusão ainda no processo educacional.

Diante disso, o desafio se coloca: como incluir a todos? Sabemos incluir crianças e adolescentes com deficiência, mas é preciso pensar na inclusão de crianças e adolescentes que estão em outras formas de exclusão, a exemplo daquelas que residem nas cidades ribeirinhas ou no semiárido, bem como os negros e negras deste país.

Uma outra recomendação para desenvolver um processo de internacionalização são os objetivos do milênio – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), porque são uma possibilidade para que haja uma correlação com as finalidades da BNCC. Isto é, permitir que os ODS possam estar integrados na BNCC.

Além disso, a internacionalização é um fato inerente às políticas públicas nacionais. Um exemplo para esta iniciativa pode ser visualizado no estado do Maranhão, que se integrou ao projeto “Ganhe o Mundo”, por meio do qual os adolescentes se integram a programas de idioma, de esporte e de música de outros países. Além da experiência possibilitar aprendizagens aos adolescentes, o seu retorno certamente irá trazer muitos benefícios para a sua comunidade de origem.

Por fim, foi informado que a Unicef ainda está ajudando os municípios a irem ao encontro das crianças que estão fora da escola, por meio do projeto “Busca Ativa Escolar”, que propõe o slogan: “Fora da escola não pode”. Juntamente com as demais sugestões, esta seria uma possibilidade concreta para enfrentar as tendências da educação básica num contexto de internacionalização.

4. O encontro do rio com o mar

Após navegar pelo rio da cultura, cuja partida estava na sua nascente e cujo ponto de chegada estaria indicando para o horizonte do oceano, o barco da educação estaria encontrando-se com o mar. O rio simboliza a vivência local e o mar a experiência global. Neste percurso, no qual a educação fica navegando pelas marés dos rios e surfando nas ondas do mar, novas tendências se abrem e novos desafios são perceptíveis.

Quanto aos desafios da internacionalização, apesar de revelarem aspectos positivos, margeada pela globalização e mundialização e refletida nas experiências anteriores, é oportuno acolher a recomendação de Kazamias, ao afirmar que, neste contexto, destacam-se três sacrifícios em relação à educação, que são “a erosão da esfera pública, da democracia e da cidadania democrática; a

desprofissionalização e desqualificação dos professores; e o sacrifício do conhecimento humanístico e daquilo que podemos chamar, metaforicamente, de *paideia* da alma” (KAZAMIAS, 2012, p. 529).

Assim, para não expor a educação a estes sacrifícios, mas de modo especial à *paideia* da alma, segundo Kazamias (2012), é necessário desenvolver uma pedagogia humanista que atuaria em favor da criação de cidadãos democráticos, porém, com mentes e almas na Cosmópolis do conhecimento. O processo de aprendizagem estaria, no entanto, assentado nos seguintes valores: caráter, comunidade, inclusão, integridade, justiça, sabedoria, responsabilidade, amizade e pensamento crítico.

Ao mesmo tempo é recomendado indicar algumas tendências que estão influenciando tanto a cultura quanto os processos educacionais. Assim, na retomada da analogia do rio, em que a cultura e a educação estão inseridas num contexto fluido, os movimentos são constantes, as ondas são infindáveis e os horizontes são universais, seja na vivência local ou na experiência global.

Esta percepção vai exigir um sistema educacional inserido numa dinâmica ecossistêmica, na qual as relações pessoais e sociais serão interativas e conectivas, os processos pedagógicos deverão ser interdisciplinares e interdependentes, e os procedimentos de ensino e aprendizagem, integrais e internacionais.

Tais procedimentos exigirão, cada vez mais, uma relação equilibrada entre os meios e os fins, no sentido de estabelecer uma articulação entre o currículo e o projeto pedagógico, o conteúdo com as competências, as tecnologias com as metodologias, as disciplinas com os componentes curriculares, e os conceitos com os símbolos.

Enfim, articular a família, a escola, a comunidade, a cidade e o país com o mundo e vice-versa, é o grande desafio da cooperação internacional. Assim, compreender a educação, seja pelas tendências de um processo formativo universal, ou pelo desafio proposto pela professora Débora Garofalo: “Vocês são cidadãos do mundo. Não é o lugar que determina o que vocês podem ser. Por isso, abracem o mundo porque o mundo é de vocês”, poderia ser uma recomendação significativa para potencializar a internacionalização na educação básica.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARNOY, Martin. *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. Brasília: UNESCO, 2002.

DELORS, Jacques *et al.* *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998.

HERRERA, José R. *Educação e exclusão na América Latina: Reformas em tempos de globalização*. Brasília: Universa, 2000.

KAZAMIAS, Andreas. Agamenon contra Prometeu: globalização, sociedades do conhecimento/da aprendizagem e *paideia* na nova cosmópole. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas; ULTERHALTER, Elaine (orgs.). *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas*. V. 2. Brasília: UNESCO/CAPES, 2012.

PÉREZ LINDO, Augusto. *A era das mutações*. Cenários e filosofias de mudanças no mundo. Piracicaba, SP: Unimep, 2000.

UNESCO. *Tendências da educação superior para o século XXI*. Brasília: Unesco/CRUB, 1999.